

CENTRO PAULA SOUZA
ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL SÃO MATEUS
TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO

CRISTIANO LUIZ
ELIUDI SOUZA
JEFFERSON DALMAZIO
NALDI ALVES
RODRIGO MILITÃO
TACISIO FLAVIO

**ACESSIBILIDADE: A IMPORTÂNCIA DA INCLUSÃO DE ALUNOS E
COLABORADORES NAS ESCOLAS**

SÃO PAULO - SP

2023

Resumo

O objetivo do trabalho é apresentar as condições de acesso e acessibilidade oferecidas para a implementação da educação comum inclusiva nas escolas brasileiras, e avaliar o perfil dos alunos e colaboradores com deficiência que frequentam essas escolas, procurando reconhecer a contribuição da família para a inclusão e permanência, elencando os principais fatores relacionados às dificuldades desse processo. A conclusão do estudo requer instrução metodológica por meio de enquete e levantamento qualitativo. A relevância da enquete reside na possibilidade de que, a partir dos resultados obtidos, a sociedade civil ganhe mais responsabilidade no enfrentamento das questões que permeiam a implementação de programas de Educação Participativa, pelo fato de tais resultados, se aplicados como apoio, para a adoção de possíveis reestruturações no âmbito acessível das escolas proporcionará ao seu público-alvo e à comunidade em geral a efetiva inclusão das pessoas com deficiência. A importância social deste tema é sublinhada pela crença de que a oferta de condições acessíveis é fundamental para o acesso as escolas de qualidade para alunos com deficiência. Como resultado, vemos uma falta de formação adequada de professores e de recursos instrucionais para abordar as carências nas salas de aula regulares; como obstáculos à prática pedagógica; a ausência dos pais no processo educativo comum e o preconceito que expressa a entrada e permanência dos alunos com deficiência na escola. Conclui-se que as dificuldades da educação inclusiva se baseiam principalmente na insuficiente acessibilidade educacional, social e cultural.

Palavras-chave: Acessibilidade. Educação. Inclusão.

Abstract

The objective of this work is to present the conditions of access and accessibility offered for the implementation of inclusive common education in Brazilian schools, and to evaluate the profile of students and employees with disabilities who attend these schools, seeking to recognize the contribution of the family to inclusion and permanence, listing the main factors related to the difficulties of this process. The conclusion of the study requires methodological instruction by means of a bibliographic survey and a qualitative survey. The relevance of the survey lies in the possibility that, based on the results obtained, civil society gains more responsibility in facing the issues that permeate the implementation of Participatory Education programs, because such results, if applied as support, for the adoption of possible restructuring in the accessible scope of schools will provide its target audience and the community in general with the effective inclusion of people with disabilities. The social importance of this topic is underlined by the belief that the provision of accessible conditions is fundamental to access to quality schools for students with disabilities. As a result, we see a lack of adequate teacher training and instructional resources to address shortages in regular classrooms; as obstacles to pedagogical practice; the absence of parents in the common educational process and the prejudice expressed by the entry and permanence of students with disabilities in school. It is concluded that the difficulties of inclusive education are mainly based on insufficient educational, social and cultural accessibility.

Keywords: Accessibility, education and inclusion.

1 INTRODUÇÃO

A definição de acessibilidade da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) assemelha-se à adotada pela Lei federal nº 13.146, Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, também denominada de Estatuto da Pessoa com Deficiência (BRASIL, 2015), por trazer outros aspectos substantivos para efetivação da participação plena das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

A partir desse entendimento ancorado constitucionalmente, foram sendo demarcados novos rumos à consolidação da política nacional de educação sob os pressupostos da inclusão. Esses marcos legais garantem ao país um patamar de reconhecimento jurídico de direitos às pessoas com deficiências. No entanto, para que a participação dessa população não ocorra apenas em um plano procedimental, as mudanças jurídicas devem impactar a estrutura social, com alterações significativas em vários aspectos da organização da sociedade. Para isso, o Estado Brasileiro tem implantado um conjunto de programas sociais. De modo especial, destacam-se os referentes à educação, com o objetivo de formar um sistema educacional inclusivo, que se propõe a garantir o acesso e a permanência de alunos com deficiências nas escolas de todo o país.

Usando esse contexto, é observado também a importância da Inclusão de alunos e colaboradores, e onde a segurança do trabalho poderia contribuir com melhorias no dia a dia dessas pessoas, pois existiria uma infraestrutura adequada? E quais as dificuldades de acessibilidade?

Este artigo propõe-se a levar esses aspectos em consideração, com o objetivo de analisar o espaço técnico escolar, sob o olhar do respeito à participação das pessoas com deficiências e dificuldade de locomoção, como um direito humano fundamental.

2 JUSTIFICATIVA

A justificativa para o trabalho proposto está fundamentada na convergência entre a definição de acessibilidade da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e a legislação brasileira sobre inclusão, representada pela Lei nº 13.146, conhecida como Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Ambas as normativas compartilham a perspectiva de promover a participação plena das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, indo além do aspecto meramente procedimental para abranger elementos substantivos que impactam efetivamente a integração dessas pessoas na sociedade.

3 OBJETIVOS

3.1 Objetivo Geral

Evidenciar a importância de uma estrutura adequada em instituições de ensino nos moldes da acessibilidade.

3.2 Objetivos Específicos

Analisar o impacto de uma estrutura predial não adequada nos moldes da acessibilidade.

Estudar os benefícios de um ambiente adequado nos moldes da acessibilidade.

Proporcionar treinamentos e orientações aos colaboradores sobre acessibilidade nas escolas.

4 METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada através de referências bibliográficas realizadas por meio de livros, internet, artigos científicos, revistas e pesquisa de campo via Google Forms, no intuito de contribuir não só com uma acessibilidade adequada dentro da instituição, mas para reafirmarmos os cuidados, respeito e direitos humano fundamental, as pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

5 DESENVOLVIMENTO

5.1 Evolução Social ao Longo da História: A Experiência das Pessoas com Deficiência

O fenômeno da segregação das pessoas com deficiência é uma realidade historicamente enraizada na sociedade contemporânea. Sampaio e Sampaio (2009) destacam a escassez de registros sobre o tema, cujo conhecimento remonta a períodos antigos e parte da Idade Média, baseando-se em literatura da antiguidade e textos bíblicos.

Na Grécia Antiga, em Atenas e Esparta, leis chegavam a promover o genocídio de crianças com deficiência, alinhando-se aos ideais morais e classistas da época. Platão, em sua obra "A República", recomendava a eliminação de crianças com deficiência, refletindo o ideal grego de perfeição corporal e a exclusão daqueles que não se encaixavam nesse padrão.

Na Idade Média, as incapacidades físicas eram tratadas de forma dicotômica, com o cristianismo promovendo simultaneamente piedade e compaixão, mas também segregação em instituições separadas da sociedade "normal". O surgimento de instituições hospitalares e asilares marcou o início do processo de institucionalização da pessoa com deficiência, criando espaços de segregação.

A transição para a Idade Moderna, impulsionada pelas Revoluções Francesa e Industrial, trouxe novas perspectivas para lidar com a deficiência. Avanços científicos melhoraram a compreensão e tratamento das deficiências, surgindo tecnologias assistidas para facilitar a vida das pessoas com dificuldades de mobilidade. A consolidação de instituições assistenciais e a criação do sistema Braille foram marcos importantes.

O século XX, marcado por guerras mundiais, testemunhou a criação de documentos internacionais que redefiniram a abordagem da sociedade em relação à deficiência. A Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, destacou o direito das pessoas com deficiência. O conceito de inclusão começou a ganhar força na segunda metade do século XX, desafiando o modelo médico da deficiência e promovendo a integração dessas pessoas na sociedade.

No Brasil, a trajetória da inclusão passa por diversas etapas, desde a criação de instituições específicas no século XIX até a promulgação da Constituição de 1988, que fortaleceu a luta pelos direitos das pessoas com deficiência. A década de 1990 trouxe avanços legislativos, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, e a Declaração de Salamanca influenciou as políticas públicas para a educação inclusiva.

Apesar dos avanços, persistem desafios, incluindo a resistência a uma mudança cultural profunda. A terminologia utilizada para se referir às pessoas com deficiência também passou por transformações, refletindo uma busca por respeito e igualdade. O termo "pessoa com deficiência" é adotado internacionalmente, reforçando a ideia de que a deficiência não define a identidade dessas pessoas.

No contexto brasileiro, a busca por uma inclusão efetiva ainda enfrenta obstáculos, exigindo não apenas avanços legais, mas também uma mudança de mentalidade e ações práticas para garantir que todos tenham acesso igualitário aos direitos e oportunidades na sociedade.

5.2. Abordagem Conceitual da Acessibilidade: Compreendendo os Aspectos Fundamentais

A amplitude do termo "acessibilidade" engloba uma riqueza de conceitos fundamentais interconectados, todos destinados a fomentar a inclusão efetiva de cada membro da sociedade. Essencialmente, a acessibilidade vai além da simples remoção de barreiras físicas; ela encapsula a capacidade de disponibilizar ambientes, serviços, produtos e informações de maneira que propicie o acesso e a participação plena de todas as pessoas, independentemente de suas habilidades físicas, sensoriais ou cognitivas. Nesse contexto, a acessibilidade não se limita à conformidade com normas técnicas, mas reflete um compromisso mais amplo com a construção de uma sociedade onde a diversidade é valorizada e onde todos têm oportunidades equitativas de engajamento e contribuição.

No contexto conceitual, a acessibilidade transcende a simples eliminação de barreiras físicas, adentrando o âmbito da criação de ambientes e recursos que levam em consideração as diversas facetas da condição humana. Este enfoque reconhece e respeita as necessidades específicas de cada indivíduo, indo além das

estruturas arquitetônicas adaptadas para abranger interfaces digitais intuitivas, comunicação inclusiva, transporte acessível e, de maneira mais abrangente, uma cultura que enaltece a diversidade e busca a equidade.

A legislação e normas técnicas, como aquelas estabelecidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), desempenham um papel crucial na definição de padrões e diretrizes que asseguram a acessibilidade. Adicionalmente, a evolução do conceito de design universal, que visa criar produtos e ambientes acessíveis a todos desde sua concepção, tem contribuído para uma compreensão mais holística e integrada da acessibilidade, reforçando a importância de abordagens inclusivas em todos os aspectos da vida cotidiana.

5.3. NBR 9050: Acessibilidade em edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos

A NBR 9050 foi criada em 1985, com o título “Acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências a edificações, espaços, mobiliários e equipamentos urbanos” e contou com a ajuda de diversos profissionais de diferentes áreas e com pessoas com deficiências. (CALADO, 2006). Segundo a norma, a criação de uma NBR exclusiva para a acessibilidade se deu ao fato de que havia carência de referenciais técnicos na área da acessibilidade, que até então eram apenas abordados em pequenos artigos de revistas especializadas em reabilitação, que se limitavam apenas para a verificação de barreiras.

Porém, a mesma apresentava falhas e necessitava de revisão. A primeira atualização se deu no ano de 1993, onde a ABNT com o apoio e iniciativa do Governo de São Paulo criou uma comissão de estudos para que fossem possíveis a revisão e a atualização da norma existente, ocorrendo em 2004, (11 anos após a primeira atualização), nova revisão, alterando seu título original para a atual “acessibilidade em edificações, mobiliários espaços e equipamentos urbanos”.

Esta revisão incluiu também o ambiente escolar em sua norma, criando adequações nos espaços físicos e especificações para ajudar na inclusão de pessoas com deficiências (NBR 9050, 2004). Após a consolidação da NBR 9050, verificou-se a grande aceitação por parte dos profissionais, embora ainda existam dúvidas em alguns pontos. Em decorrência da credibilidade da norma, esta vem

sendo utilizada para complementar legislações municipais que regulam a atividade construtiva, visando à padronização do planejamento e execução de edificações públicas e privadas em nível nacional (CALADO, 2006).

A NBR 9050 é uma norma extensa que tem função de padronizar as condições de acessibilidade no meio urbano e rural, estabelecendo critérios e parâmetros técnicos a serem observados tanto quanto ao projeto, como as construções, instalações e adaptações ao meio urbano e rural, mobiliário, e de edificações às condições de acessibilidade (NBR 9050, 2004). Ao estabelecer esses parâmetros e critérios inclui-se diversas condições de mobilidade para que qualquer indivíduo se sinta adaptado e não venha a ter alguma dificuldade de locomoção, sendo este indivíduo portador ou não de aparelhos específicos, como próteses, aparelhos de apoio, cadeira de rodas, bengalas de rastreamento, ou qualquer outro que complemente a necessidade de cada um com o espaço físico (NBR 9050, 2004).

5.4. NBR 9050 Abordagem sobre acessibilidade nas escolas

Entrada de alunos	A entrada de alunos na escola deve estar sempre localizada na via de menor fluxo de tráfego de veículos e deve existir pelo menos uma rota acessível que permita o acesso de pessoas às áreas administrativas, prática de esportes, alimentação, sala de aulas, laboratórios, bibliotecas e demais ambientes pedagógicos.
Mobiliários	Orienta-se que os mobiliários internos sejam acessíveis e que existam áreas de aproximação e manobra e as faixas de comunicação, conforme especificações das Seções 4, 5, 8 e 9 da NBR 9050. As lousas devem ser acessíveis e instaladas a uma altura inferior máxima de 0,90 m do piso.
Pontos de embarque e desembarque	Pontos de embarque e desembarque de transporte público. No ponto de embarque e desembarque de transporte público, devem ser preservadas suas faixas de livre circulação de pessoas, sem apresentar qualquer tipo de obstáculo.
Bebedouros	Bebedouros. Toda escola deve ter bebedouros, e estes devem ter no mínimo duas alturas de bica, sendo uma com 0,90 m e

	outra entre 1,00 m ou 1,10 m, sendo o de 0,90 m com altura livre inferior de no mínimo 0,73 m. A bica deve ser do tipo jato inclinado e estar localizada no lado frontal do bebedouro. No caso de bebedouros de garrafão e outros modelos o acionamento e a posição de manuseios dos copos devem situar-se entre 0,80 m e 1,20 m e de fácil acesso para Portadores de cadeiras de rodas (P.C.R.). Todas as alturas são em relação ao piso acabado.
Bibliotecas e centros de leitura	Bibliotecas e centros de leitura. Nas bibliotecas e centros de leitura, todo o mobiliário deve atender as normas de acessibilidade, pelo menos 5%, ou no mínimo umas das mesas, devem ser acessíveis. A largura livre nos corredores entre estantes de livros deve ser de no mínimo 0,90m, conforme pode ser observado na Figura 2 e a cada 15m deve haver uma área de manobra, os fichários devem ficar a uma altura que permita alcance manual e visual.

Fonte: NBR 9050

5.5. A acessibilidade e inclusão estudantes com deficiência visual

A acessibilidade e inclusão de estudantes com deficiência visual nas escolas são aspectos críticos da educação inclusiva e igualitária. Garantir que esses alunos tenham a oportunidade de participar plenamente da experiência educacional é uma responsabilidade fundamental das instituições de ensino. Neste trabalho, exploramos a importância da acessibilidade e inclusão de deficientes visuais na escola, destacando os desafios enfrentados e as práticas bem-sucedidas que promovem um ambiente educacional enriquecedor e equitativo.

A deficiência visual abrange uma ampla gama de condições, desde a cegueira total até a baixa visão. Independentemente do grau de deficiência visual, todos os estudantes têm o direito de uma educação de qualidade. No entanto, a acessibilidade para estudantes com deficiência visual frequentemente envolve adaptações específicas para atender às suas necessidades individuais.

Este trabalho analisa a importância da acessibilidade e inclusão de estudantes com deficiência visual em três principais dimensões:

1. Infraestrutura e Recursos Acessíveis:

Adaptações físicas na escola, como a instalação de rampas, corrimãos, sinalizações em Braille, sinalização tátil, como pisos podotáteis, para orientar os alunos com deficiência visual nas áreas comuns da escola e dispositivos de voz.



Fonte: Google

Disponibilidade de materiais didáticos acessíveis, como livros em áudio ou Braille, além de tecnologias assistidas, como leitores de tela e ampliadores de texto, fontes ampliadas para alunos com baixa visão. Além disso, forneça materiais complementares, como mapas táteis e modelos tridimensionais, para auxiliar no aprendizado.



Fonte: Google

2. Adaptação do Currículo e Metodologia de Ensino:

A importância da formação de professores ou auxiliares para atender às necessidades dos estudantes com deficiência visual.

Estratégias pedagógicas que promovem a participação ativa dos alunos e incentivam o desenvolvimento de habilidades de aprendizado autônomo.

3. Sensibilização e Atitude:

Promova a sensibilização e conscientização da comunidade escolar sobre a

inclusão de alunos com deficiência visual, visando a eliminação de estigmas e preconceitos, isso pode incluir a realização de palestras, workshops e atividades que abordem a importância da inclusão e do respeito às diferenças.

É importante lembrar que cada aluno com deficiência visual é único e pode ter necessidades específicas. Portanto, é fundamental realizar avaliações individuais e consultar especialistas em educação inclusiva para garantir uma abordagem personalizada e eficaz na promoção da acessibilidade em escolas para alunos com deficiência visual.

Examinamos os desafios enfrentados por estudantes com deficiência visual na escola, incluindo barreiras físicas, falta de recursos adaptados e estigmatização. Além disso, destacamos exemplos de escolas e programas que têm se destacado na promoção da acessibilidade e inclusão de estudantes com deficiência visual, oferecendo modelos inspiradores para outras instituições.

Por fim, este trabalho busca contribuir para o diálogo contínuo sobre a acessibilidade e inclusão na educação, lembrando-nos de que uma sociedade verdadeiramente inclusiva começa nas salas de aula, onde todos os estudantes, independentemente de suas capacidades, têm o direito de aprender, crescer e prosperar.

5.6. A acessibilidade e inclusão de estudantes com nanismo

A acessibilidade e inclusão de estudantes com nanismo nas escolas desempenham um papel vital na construção de um ambiente educacional que promova a igualdade de oportunidades e celebre a diversidade. A deficiência física em forma de nanismo pode trazer desafios únicos, mas a garantia de que esses alunos tenham acesso pleno à educação é essencial. Este trabalho explora a importância da acessibilidade e inclusão de estudantes com nanismo nas escolas, examina os desafios que enfrentam e destaca práticas bem-sucedidas que contribuem para um ambiente educacional inclusivo e enriquecedor.

O nanismo é uma condição médica caracterizada por uma estatura significativamente abaixo da média. Embora essa condição afete a estatura, ela não limita a capacidade intelectual, as ambições ou a determinação desses indivíduos. Portanto, é fundamental que as escolas adaptem suas políticas e infraestrutura para

acomodar as necessidades específicas dos estudantes com nanismo, proporcionando igualdade de oportunidades para que alcancem seu pleno potencial educacional.

Neste trabalho, examinaremos a importância da acessibilidade e inclusão de estudantes com nanismo em três dimensões principais:

1. Infraestrutura e Recursos Acessíveis:

Adaptações físicas nas escolas, como bancos e mesas ajustáveis em altura, corrimãos apropriados e sinalizações visuais adequadas.



Fonte: Google

A disponibilidade de materiais educacionais adaptados, incluindo livros com letras maiores ou versões digitais de fácil leitura.

2. Adaptação do Currículo e Metodologia de Ensino:

A formação de educadores para compreender e atender às necessidades dos estudantes com nanismo.

Estratégias pedagógicas que estimulam a participação ativa dos alunos, levando em consideração suas limitações físicas.

3. Sensibilização e Atitude:

A promoção de uma cultura escolar inclusiva que respeite e celebre a diversidade, combatendo estigmas e preconceitos.

A sensibilização dos colegas de classe e educadores sobre as necessidades específicas dos estudantes com nanismo, fomentando empatia e apoio mútuo.

Ao longo deste trabalho, exploraremos os desafios únicos que os estudantes com nanismo enfrentam nas escolas, incluindo a necessidade de adaptações personalizadas e o enfrentamento de estigmas sociais. Além disso, destacaremos exemplos de escolas e programas que têm demonstrado eficácia na promoção da acessibilidade e inclusão de estudantes com nanismo, oferecendo inspiração e orientação para outras instituições.

É fundamental promover a inclusão e a conscientização sobre o nanismo, combatendo estereótipos e preconceitos. A sociedade deve entender que pessoas com nanismo têm os mesmos direitos e merecem igualdade de oportunidades em todas as áreas da vida, incluindo educação, trabalho, lazer e relacionamentos.

5.7. A acessibilidade e inclusão de estudantes com deficiência física

A acessibilidade e inclusão de estudantes com deficiência física nas escolas representam um pilar essencial da educação inclusiva. Esses princípios garantem que todos os estudantes, independentemente de suas capacidades físicas, tenham a oportunidade de participar plenamente da experiência educacional. Este trabalho explora a importância da acessibilidade e inclusão de estudantes com deficiência física nas escolas, identifica os desafios enfrentados e destaca práticas bem-sucedidas que promovem um ambiente educacional equitativo e enriquecedor.

A deficiência física engloba uma ampla gama de condições, desde limitações de mobilidade até a dependência de dispositivos de assistência. No entanto, todos os estudantes com deficiência física compartilham o direito fundamental a uma educação de qualidade, o que requer adaptações específicas para atender às suas necessidades individuais.

A acessibilidade para deficiente físico em escolas é fundamental para garantir a inclusão plena dos alunos com deficiência física. Aqui estão algumas considerações importantes para promover a acessibilidade em escolas:

1. Infraestrutura física acessível: Certifique-se de que a escola tenha rampas de acesso adequadas, corrimãos, portas largas o suficiente para a passagem de

cadeiras de rodas, elevadores ou plataformas de elevação, banheiros adaptados e espaços de circulação amplos o suficiente para permitir a mobilidade de cadeiras de rodas.



Fonte: Google

2. Sinalização adequada: Garanta que a sinalização na escola seja clara e acessível para todos, incluindo sinalização em braile, letras grandes e cores contrastantes para facilitar a identificação de áreas, salas de aulas e direções.

3. Mobiliário adaptado: Forneça mobiliário adaptado, como mesas e cadeiras com altura ajustável, para acomodar as necessidades dos alunos em cadeiras de rodas. Além disso, certifique-se de que os espaços de trabalho sejam organizados de forma a permitir a fácil movimentação das cadeiras de rodas.

4. Tecnologia assistida: Disponibilize tecnologia assistida, como dispositivos de comunicação alternativa e aumentativa, leitores de tela, teclados adaptados e softwares de acessibilidade, para auxiliar os alunos com deficiência física a participar plenamente das atividades escolares.

5. Treinamento e conscientização: Promova treinamentos e conscientização sobre a inclusão e a acessibilidade para todos os funcionários, alunos e pais. Isso ajudará a criar um ambiente inclusivo e a garantir que todos estejam cientes das necessidades e direitos dos alunos com deficiência física.

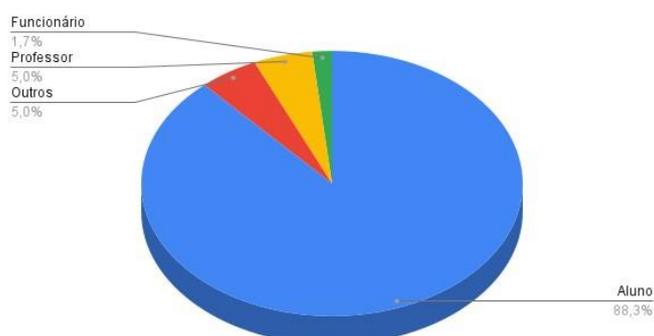
6. Parceria com a família: Mantenha uma comunicação aberta e frequente com as famílias dos alunos com deficiência física, buscando entender suas necessidades e expectativas. Trabalhar em parceria com as famílias pode ajudar a garantir que o aluno receba o suporte adequado tanto na escola quanto em casa.

Lembrando que é importante respeitar a individualidade de cada aluno com deficiência física e considerar suas necessidades específicas ao promover a acessibilidade na escola. Consultar especialistas em acessibilidade e educação inclusiva pode ser útil para garantir uma abordagem eficaz e personalizada.

Garantir a acessibilidade é um direito humano fundamental e também traz benefícios para toda a sociedade, tornando os espaços e serviços mais inclusivos e abrangentes. É importante que empresas, governos e sociedade em geral trabalhem juntos para promover a acessibilidade e garantir a igualdade de oportunidades para todos.

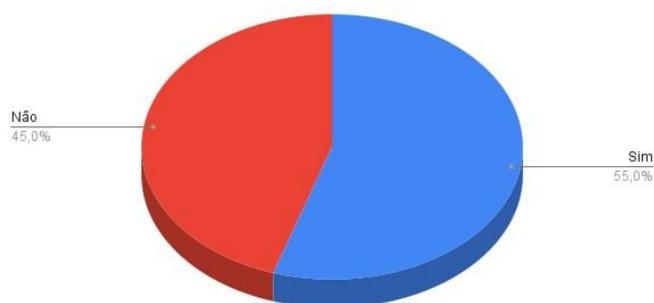
6 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Figura 1 - Papel dos voluntários na escola.



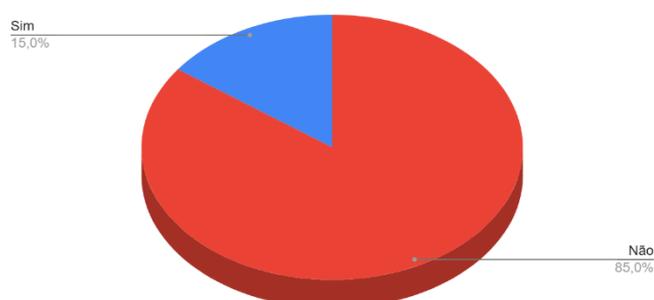
Alunos representam a grande maioria dos voluntários na escola, com 88,03% e Professores contribuem com 5% das atividades voluntárias. Funcionários da escola participam em 1,7% das atividades. Outros, que podem incluir pais ou membros da comunidade, também contribuem com 5% das atividades voluntárias. Essa distribuição sugere um forte envolvimento dos alunos nas atividades voluntárias da escola.

Figura 2 - Voluntários que declaram ter ciência das políticas de acessibilidades nas escolas.



55% dos voluntários estão cientes das políticas de acessibilidade nas escolas. 45% dos voluntários não têm conhecimento dessas políticas. Isso destaca a importância de garantir que mais voluntários estejam informados sobre as políticas de acessibilidade, visando à inclusão de todos os alunos.

Figura 3 - Quantidade de voluntários que já receberam orientação sobre como lidar com pessoas com necessidades especiais.



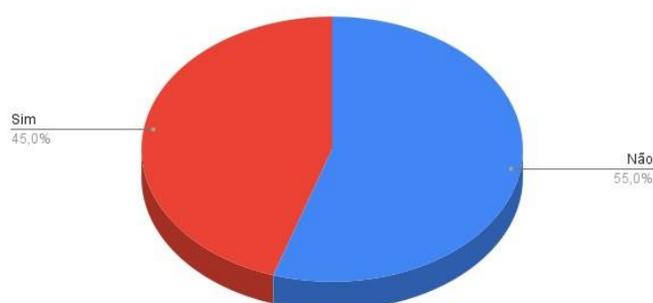
A "Figura 3" indica a quantidade de voluntários que já receberam orientação sobre como lidar com pessoas com necessidades especiais.

15%. Sim: Isso significa que apenas uma pequena parcela dos voluntários recebeu orientação sobre como lidar com pessoas com necessidades especiais.

85%. Não: A grande maioria dos voluntários não recebeu orientação nesse sentido.

Essa figura sugere uma necessidade de melhorar a formação e orientação dos voluntários em relação às necessidades especiais, a fim de garantir um ambiente mais inclusivo e acolhedor para todos os alunos. A formação pode ser fundamental para ajudar os voluntários a entenderem como apoiar de maneira eficaz as pessoas com necessidades especiais na escola.

Figura 4 - Voluntários que sabem que a escola possui rampas de acesso.



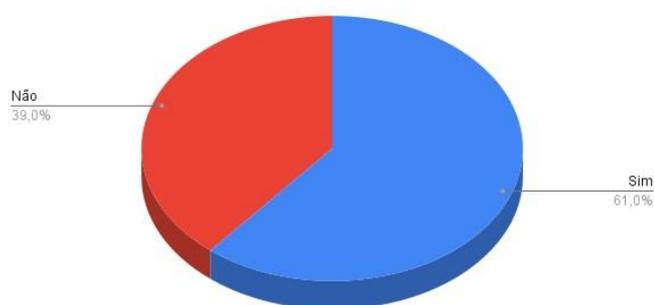
A "Figura 4" apresenta informações sobre o conhecimento dos voluntários em relação à presença de rampas de acesso na escola.

45%. Sim: Isso indica que 45% dos voluntários estão cientes de que a escola possui rampas de acesso. Ter esse conhecimento é importante para garantir que eles possam direcionar adequadamente as pessoas com necessidades especiais para as instalações acessíveis.

55%. Não: A maioria, 55%, dos voluntários não tem conhecimento da existência de rampas de acesso na escola. Isso pode apontar para uma necessidade de melhorar a comunicação e a conscientização sobre as instalações acessíveis na escola.

Em geral, essa figura destaca a importância de garantir que os voluntários estejam informados sobre as facilidades de acessibilidade na escola, para que possam oferecer um suporte adequado às pessoas com necessidades especiais.

Figura 5 - quantidade de voluntários que responderam se existe banheiros adaptados.

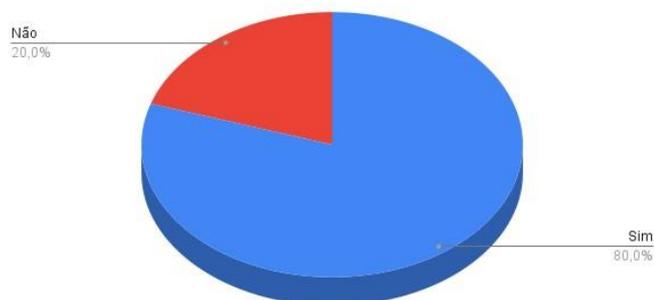


A "Figura 5" apresenta informações sobre a quantidade de voluntários que responderam se existem banheiros adaptados na escola.

61%. Sim: Isso indica que a maioria dos voluntários está ciente de que existem banheiros adaptados na escola. Esses banheiros são projetados para acomodar as necessidades de pessoas com deficiências e são importantes para garantir a acessibilidade. 39%. Não: Cerca de 39% dos voluntários não têm conhecimento da existência de banheiros adaptados na escola. Isso pode indicar uma oportunidade de melhorar a comunicação e conscientização sobre as instalações adaptadas na escola.

A figura destaca a importância de informar os voluntários sobre as instalações acessíveis na escola, o que é fundamental para garantir um ambiente inclusivo e acessível para todos os alunos e membros da comunidade.

Figura 6 - Quantidade de voluntários que responderam se há corredores amplos para cadeiras de rodas.

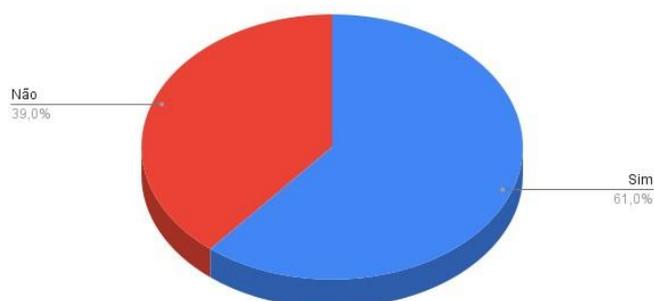


A "Figura 6" fornece informações sobre a quantidade de voluntários que responderam se a escola possui corredores amplos para cadeiras de rodas.

80%. Sim: Isso indica que a maioria dos voluntários está ciente de que a escola possui corredores amplos que permitem a circulação de cadeiras de rodas. Ter esses corredores é fundamental para garantir a acessibilidade e mobilidade para pessoas com deficiências. 20%. Não: Cerca de 20% dos voluntários não têm conhecimento da existência de corredores amplos para cadeiras de rodas na escola. Isso pode apontar para a necessidade de melhorar a comunicação e conscientização sobre as instalações acessíveis na escola.

A figura ressalta a importância de garantir que os voluntários estejam cientes das instalações acessíveis na escola, para que possam ajudar a criar um ambiente inclusivo para todos os membros da comunidade escolar.

Figura 7 - Voluntários que responderam se há materiais didáticos nas escolas.

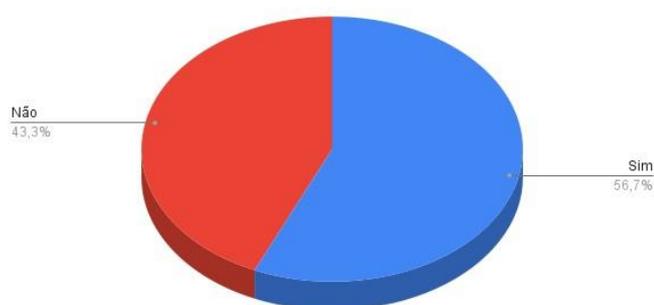


A "Figura 7" apresenta informações sobre a quantidade de voluntários que responderam se há materiais didáticos nas escolas.

61%. Sim: Isso indica que a maioria dos voluntários está ciente de que a escola possui materiais didáticos disponíveis. Ter materiais didáticos é fundamental para apoiar o processo de ensino e aprendizado na escola. 39%. Não: Cerca de 39% dos voluntários não têm conhecimento da existência de materiais didáticos na escola. Isso pode apontar para a necessidade de melhorar a comunicação e conscientização sobre os recursos educacionais disponíveis na escola.

A figura destaca a importância de garantir que os voluntários estejam cientes dos recursos educacionais na escola, o que é crucial para apoiar a educação dos alunos e para que eles possam desempenhar um papel eficaz como voluntários no ambiente escolar.

Figura 8 - Quantidade de voluntários que sabem se os professores são adaptados ao ensino de alunos com necessidades especiais.



A "Figura 8" fornece informações sobre a quantidade de voluntários que sabem se os professores são adaptados ao ensino de alunos com necessidades especiais.

57,7%. Sim: Isso indica que a maioria dos voluntários está ciente de que os professores são adaptados ou têm formação para ensinar alunos com necessidades especiais. Isso é fundamental para garantir que esses alunos recebam o apoio necessário. 43,3%. Não: Cerca de 43,3% dos voluntários não têm conhecimento se

os professores são adaptados para atender às necessidades especiais dos alunos. Isso pode indicar a necessidade de melhorar a comunicação e conscientização sobre a capacitação dos professores para lidar com essas questões.

A figura destaca a importância de garantir que os voluntários estejam cientes da preparação dos professores para atender às necessidades especiais dos alunos, o que é crucial para proporcionar uma educação inclusiva e eficaz.

Figura 9 - Existe inclusão e respeito à diversidade na escola.

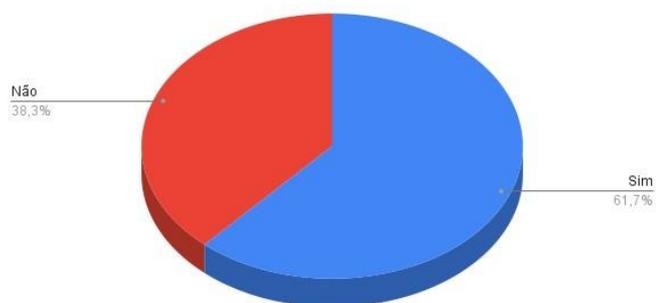


A "Figura 9" oferece informações sobre a percepção dos voluntários quanto à existência de inclusão e respeito à diversidade na escola.

63,3%. Sim: Isso indica que a maioria dos voluntários acredita que a escola promove a inclusão e o respeito à diversidade. Isso é um sinal positivo de um ambiente escolar que valoriza a diversidade e se esforça para criar um ambiente inclusivo para todos os alunos. 36,7%. Não: Cerca de 36,7% dos voluntários não acreditam que a escola promova a inclusão e o respeito à diversidade. Isso pode sugerir áreas em que a escola pode precisar melhorar para garantir que todos os alunos se sintam incluídos e respeitados.

A figura destaca a importância de continuar a promover a inclusão e o respeito à diversidade na escola, bem como de manter um diálogo aberto com os voluntários para entender suas percepções e áreas em que a escola pode melhorar nesse aspecto.

Figura 10 - Quantidades de alunos e funcionários sensibilizados com à inclusão na escola.

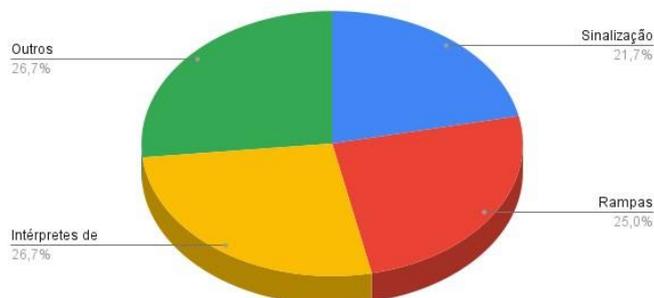


A "Figura 10" oferece informações sobre a quantidade de alunos e funcionários que foram sensibilizados em relação à inclusão na escola.

61,7%. Sim: Isso indica que a maioria dos alunos e funcionários foram sensibilizados em relação à inclusão na escola. Ter uma maioria sensibilizada é positivo, pois isso ajuda a criar um ambiente escolar mais inclusivo e consciente das necessidades de todos os alunos. 38,3%. Não: Cerca de 38,3% dos alunos e funcionários não foram sensibilizados em relação à inclusão. Isso sugere que pode haver oportunidades para fornecer mais conscientização e treinamento em inclusão na escola.

A figura destaca a importância de continuar a promover a sensibilização à inclusão na escola, envolvendo tanto alunos quanto funcionários para criar um ambiente que valoriza a diversidade e atende às necessidades de todos os membros da comunidade escolar.

Figura 11 - Opiniões de alunos e colaboradores em desafios enfrentados em relação à acessibilidade.

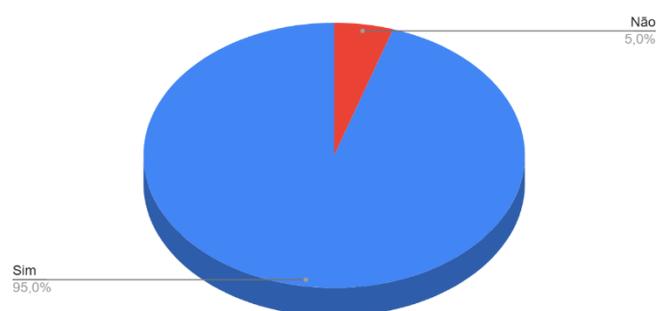


A "Figura 11" fornece informações sobre as opiniões de alunos e colaboradores em relação aos desafios enfrentados em relação à acessibilidade na escola.

Outros (26,7%): Essa categoria inclui desafios não especificados relacionados à acessibilidade. Pode abranger uma variedade de questões que não foram agrupadas nas categorias específicas mencionadas. Intérpretes (26,7%): Isso sugere que a necessidade de intérpretes para alunos com deficiências auditivas é um desafio significativo em termos de acessibilidade na escola. Rampas (25%): A acessibilidade relacionada a rampas é mencionada como um desafio por um quarto dos respondentes. Isso pode incluir preocupações sobre a quantidade, qualidade ou localização das rampas. Sinalização (21,7%): A sinalização inadequada ou insuficiente é apontada por aproximadamente 21,7% dos respondentes como um desafio em relação à acessibilidade na escola.

Esses resultados indicam que há uma variedade de desafios enfrentados em relação à acessibilidade na escola, incluindo a necessidade de intérpretes, questões relacionadas a rampas e sinalização. É importante abordar esses desafios para criar um ambiente escolar mais inclusivo e acessível para todos os alunos e colaboradores.

Figura 12 - Acessibilidade beneficia os alunos com deficiência em todas as comunidades escolares.



A "Figura 12" indica que a grande maioria das pessoas, ou seja, 95%, acredita que a acessibilidade beneficia os alunos com deficiência em todas as comunidades escolares. Isso é um sinal muito positivo, destacando o reconhecimento da importância da acessibilidade e do impacto positivo que ela pode ter na educação e inclusão de alunos com deficiência.

No entanto, é importante continuar a promover e implementar políticas e práticas de acessibilidade para garantir que todos os alunos, independentemente de suas necessidades, possam desfrutar de uma educação inclusiva e de alta qualidade em todas as comunidades escolares.

COMPARATIVO

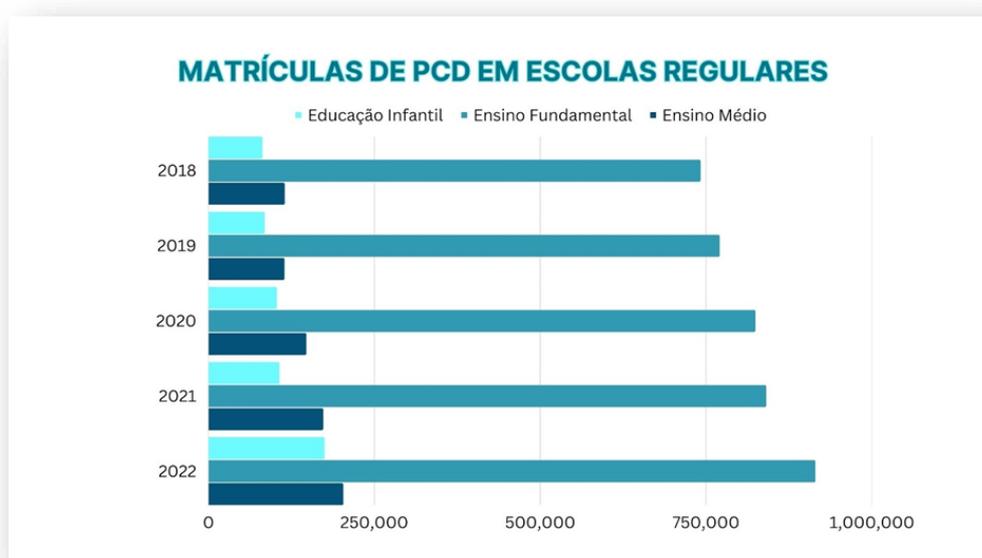
Segundo o Censo Escolar MEC/Inep, com mais de um milhão de alunos com deficiência matriculados no ensino básico, escolas brasileiras ainda não os incluem quando se trata de infraestrutura. São 47.933 instituições de ensino que não possuem qualquer tipo de item de acessibilidade, como: rampas, corrimões,

elevadores, pisos táteis ou sinais sonoros. Esse número corresponde a 26,9% do total de escolas brasileiras.

Os dados são de análises do Ministério da Educação (MEC) e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

O Censo Escolar 2022 trouxe um resultado positivo nas matrículas de pessoas com deficiência no ensino básico em escolas comuns. Em comparação com o ano anterior, na educação infantil, o número de crianças com deficiência cresceu 63,56%.

No ensino fundamental, 8,84%, e no ensino médio 17,49%. Apesar de o aumento percentual ser menor no ensino fundamental, a quantidade de alunos matriculados nesse segmento é muito maior. De um ano para o outro, foram matriculados 74.262 novos alunos com deficiência.



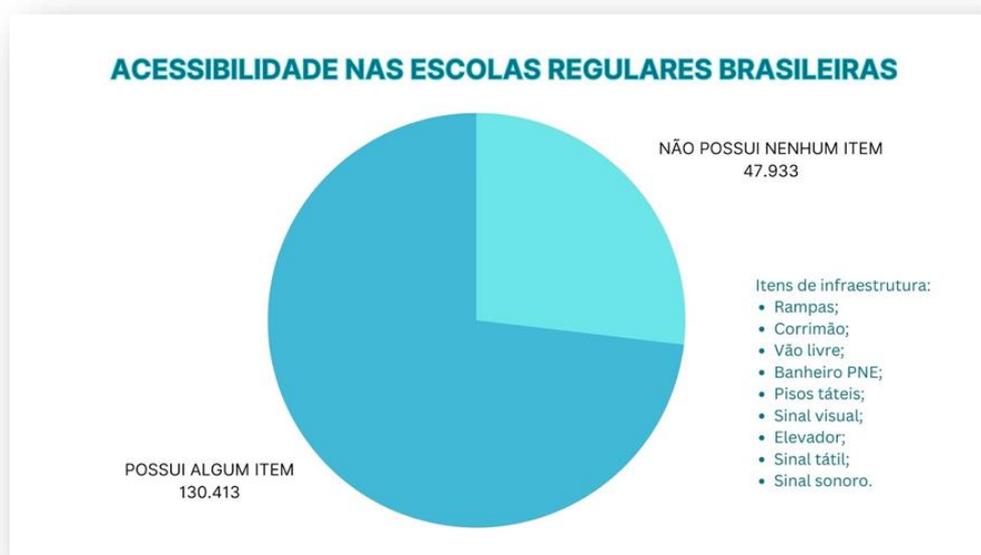
Fonte: Censo Escolar MEC/Inep. Gráfico: Maria Tereza Castro.

No Brasil, são 1.220.697 crianças e adolescentes com alguma deficiência inscritos no ensino básico. Isso inclui pessoas com: deficiência intelectual, física, auditiva ou múltipla, autismo, surdez, baixa visão, cegueira, surdo cegueira e altas habilidades/superlotação.

A partir da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, realizada pela Organização das Nações Unidas (ONU), em 2008, PCDs

passaram a ter direito de estudar em escolas e classes comuns. A Convenção foi o resultado de uma longa luta relacionada à inclusão social e educacional das pessoas com deficiência, além do incentivo à igualdade de oportunidades e respeito às diferenças.

A acessibilidade nas escolas não cresceu na mesma proporção que as matrículas. Ainda conforme o INEP, 26,9% das escolas de educação básica ainda não têm nenhum recurso de apoio a pessoas com deficiência, como elevadores, rampas, banheiros específicos, dentre outros. Mesmo entre as escolas que possuem alunos com deficiência matriculados, 19,4% também não têm nenhum desses recursos.



Fonte: Micro dados do Censo Escolar 2022 MEC/Inep. Gráfico: Maria Tereza Castro.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo evidenciar a importância de uma estrutura adequada em instituições de ensino nos moldes da acessibilidade. Existem diversos dispositivos e mecanismos legais a fim de garantir de maneira efetiva a acessibilidade, porém, são necessários cobrança e planejamento para que tais

recursos cheguem e sejam definitivamente aplicados da maneira correta. É inegável o impacto negativo que uma estrutura predial não adequada nos moldes da acessibilidade pode ter na vida das pessoas. Desde dificuldades de locomoção até a exclusão social, a falta de acessibilidade pode limitar as oportunidades e a qualidade de vida de muitos indivíduos.

É fundamental que os responsáveis pela construção e manutenção de edifícios se conscientizem da importância de garantir a acessibilidade a todos, independentemente de suas limitações físicas. Além disso, é preciso que as leis e regulamentações sejam efetivamente aplicadas e fiscalizadas, para que a acessibilidade seja uma realidade em todos os espaços públicos e privados. A inclusão é um direito de todos, e cabe a cada um de nós lutar por uma sociedade mais acessível e igualitária.

É fundamental que as escolas invistam em treinamentos e orientações sobre acessibilidade para seus colaboradores. Afinal, é através desse conhecimento que poderemos proporcionar um ambiente inclusivo e acolhedor para todos os alunos. Além disso, ao promover a conscientização sobre acessibilidade, estaremos contribuindo para a formação de cidadãos mais empáticos e conscientes, capazes de valorizar a diversidade e respeitar as diferenças.

Para tanto foram realizadas pesquisas teóricas com coleta de dados via Google Forms . Os resultados foram surpreendentes, pois foi constatado que a maioria dos participantes possui ciência sobre a importância da acessibilidade.

É crucial que sejam realizados novos estudos sobre acessibilidade para que possamos avançar em direção a uma sociedade mais inclusiva e igualitária. A acessibilidade não é apenas uma preocupação para um grupo específico de pessoas, mas uma questão que afeta a todos nós. Ao tornar os espaços, produtos e serviços mais acessíveis, estamos possibilitando que todos possam participar plenamente da vida em sociedade. Portanto, é fundamental que pesquisas continuem explorando e aprimorando técnicas e soluções que promovam a acessibilidade em todas as áreas da vida.

Em conclusão, as novas pesquisas sobre acessibilidade mostram que o progresso está sendo feito, mas ainda há muito a ser feito. É encorajador ver empresas, organizações e indivíduos comprometidos com tornar o mundo mais inclusivo e acessível para todos.

REFERÊNCIAS

CALADO, Giordana Chaves. **Acessibilidade no ambiente escolar**: Reflexões com base no estudo de duas escolas municipais de Natal _RN. NATAL, RIO GRANDE DO NORTE, BRASIL. (2006).

Infraestrutura: 27% das escolas brasileiras não são acessíveis para PCDs - Agência de Notícias CEUB (uniceub.br).

NBR 9050. NORMA BRASILEIRA 9050. **Acessibilidade a edificações, mobiliários, espaços e equipamentos urbanos**. Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil: Associação Brasileira de Normas Técnicas. (30 de Junho de 2004). 76 NBR 9050. NORMA BRASILEIRA. **Acessibilidade a edificações, mobiliários, espaços e equipamentos urbanos**. Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMA TÉCNICAS. (11 de 10 de 2015).

SAMPAIO, Cristiane Teixeira; SAMPAIO, Sonia Maria Rocha (2009), **Convivendo Com a Diversidade: a inclusão escolar da criança com deficiência intelectual**, in Díaz et al. (orgs.), **Educação Inclusiva, Deficiência e Contexto Social: questões contemporâneas**. Salvador, EDUFBA, 71-78.

Portal da Câmara dos Deputados (camara.leg.br).